Representação Parlamentar

Assembleia da República
Divisão de Apoio às Comissões
10ªCTSSI

Req. 013
Data: 16-07-2024

Data entrada 16 julho
Foi à reunião de 17 de julho

Exmo. Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão,

Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias

<u>Assunto</u>: Audição da Inspectora-Geral da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), Exma. Sra. Dra. Maria Fernanda Campos e Sr. Presidente do Sindicato Dos Estivadores Do Porto De Lisboa E Centro De Portugal sobre as condições de trabalho e segurança no Porto de Lisboa, o impacto da insolvência da AETPL sobre os trabalhadores e as suas famílias, as ações judiciais em curso, as responsabilidades dos operadores portuários e as medidas necessárias para garantir o cumprimento das obrigações e a proteção dos direitos dos trabalhadores.

A AETPL, o maior fornecedor de mão de obra do Porto de Lisboa, entrou em insolvência, afetando profundamente a vida de mais de 140 famílias. Estes trabalhadores, que dedicaram anos de suas vidas ao Porto de Lisboa, enfrentam agora uma realidade de desemprego, perda de rendimentos e dificuldades financeiras severas, com relatos de famílias que perderam as suas casas e que estão a receber apoio psiquiátrico devido ao impacto emocional devastador. Muitos destes trabalhadores descreveram situações de extrema necessidade, chegando, em alguns casos, a recorrer à ajuda por parte de instituições de solidariedade para alimentar a família. A insolvência da AETPL, que é considerada pelos trabalhadores e pelos seus representantes legais como dolosa, desencadeou uma série de processos judiciais. O advogado, que representa cerca de 90 estivadores, acusa o regime de transmissão dos contratos de trabalho e a criação da Porlis, uma nova empresa de trabalho portuário, como fraudulenta e em violação de princípios éticos e legais que merecem ser investigados e resolvidos com urgência.

Além disso, os trabalhadores portuários do Porto de Lisboa também enfrentaram condições de trabalho extremamente duras, com jornadas extenuantes e em alegada desconsideração da segurança e bem-estar dos trabalhadores.

Desde 2016, a situação no Porto de Lisboa tem sido marcada por incertezas, com o pagamento de salários em tranches e a subsequente insolvência da AETPL que deixou muitos trabalhadores em situação financeira dramática.

A ausência de uma resposta por parte das autoridades competentes, incluindo a ACT, para garantir o cumprimento das obrigações e a proteção dos direitos dos trabalhadores é muito preocupante e a sentença judicial recente, que considerou injustificada a requisição civil de 2020, reflete a necessidade urgente de reavaliar as medidas adotadas pelas autoridades e garantir que as empresas envolvidas cumpram as obrigações legais e que os trabalhadores sejam devidamente compensados.

Dada a gravidade e a duração dos problemas enfrentados pelos estivadores, é crucial que esta Comissão proceda à audição da ACT e do Sindicato dos Estivadores Do Porto De Lisboa E Centro De Portugal para apurar as questões em apreço e para formular uma resposta adequada que restaure a justiça e o bem-estar das famílias afetadas.

Por tal, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Deputada Única do Pessoas-Animais-Natureza vem requerer que a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, delibere a realização de uma audição:

1. **À Exma. Sr.ª Inspectora-Geral da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT); e**
2. **Ao Sr. Presidente do Sindicato Dos Estivadores Do Porto De Lisboa E Centro De Portugal**

Para que sejam prestados os devidos esclarecimentos sobre as condições de trabalho e segurança no Porto de Lisboa, o impacto da insolvência da AETPL sobre os trabalhadores e as suas famílias, as ações judiciais em curso, as responsabilidades dos operadores portuários, e as medidas necessárias para garantir o cumprimento das obrigações e a proteção dos direitos dos trabalhadores.